

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANIEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILAN UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Muito calor, pouca luz



Ameaça do ministro de Minas e Energia contra a Enel é parte da celeuma eleitoral que joga lenha na fogueira do setor elétrico, mas não contribui para melhorar prestação do serviço

Os contratos de concessão firmados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com as distribuidoras de energia de limitam de forma muito clara as regras a serem cumpridas em relação à tarifa, qualidade, segurança, continuidade e regularidade dos serviços. São acordos de longo prazo, em que as empresas são autorizadas a prestar o serviço por 30 anos, prorrogáveis por mais 30, exceto se não conseguirem atingir os indicadores econômicos e de qualidade mínimos fixados no contrato. Neste caso,

podem perder o direito à concessão.

No centro de uma estrepitosa polêmica desde que deixou 2,1 milhões de endereços em São Paulo sem luz por dias seguidos, em novembro do ano passado, causando enormes prejuízos aos consumidores, a Enel, todavia, está perfeitamente enquadrada nos padrões estabelecidos no contrato. Embora a percepção geral seja de ineficiência, a empresa bem ou mal cumpre os parâmetros avaliados periodicamente.

Portanto, é razoável supor como remota, ao menos do ponto de vista técnico, a possibilidade de caducida-

de da concessão, como sugeriu à Aneel o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Também é coerente deduzir que, se a Enel cumpre os requisitos e, apesar disso, presta um serviço visto como ruim, o problema certamente não está no serviço, e sim no contrato. Sendo assim, que se aproveite a atual negociação para renovar 20 contratos de concessão – entre os quais o da Enel-SP – para rever os indicadores. É necessária uma solução definitiva e abrangente, haja vista que essas distribuidoras atendem 120 milhões de brasileiros, 62% do mercado de distribuição.

Mas a celeuma atual em torno da concessionária não está sendo movida por critérios técnicos. Todas as evidências apontam para a politização de um enredo que tem a Enel – por um misto de azar e incompetência – como bode expiatório. Não foi casual o assunto ter sido adiantado pelo ministro numa entrevista à GloboNews momentos antes do encaminhamento do ofício à Aneel pedindo a abertura de processo disciplinar contra a empresa que, disse o ministro, “passou dos limites”.

O fato de a Aneel já ter dois processos administrativos em tramitação para investigar a Enel desde o apagão de novembro de 2023 também corrobora a natureza política da iniciativa de Silveira. Ou, melhor dizendo, a intenção eleitoral, já que não há como ignorar o fato de que o ministro oficializou publicamente sua indignação no momento em que a Enel começa a se tornar tema central na campanha à Prefeitura de São Paulo.

A cidade de São Paulo, maior colégio

eleitoral do País, já está em clima de eleição, embora a campanha comece oficialmente só em agosto. E nada tem efeito tão imediato sobre o eleitor quanto decisões que afetem sua rotina, como é o caso da prestação de serviços essenciais. Por isso, não foi obra do acaso a reação imediata do governador Tarcísio de Freitas, que disse ter sugerido a medida ao ministro; do prefeito candidato à reeleição, Ricardo Nunes, que criticou o atraso do ministro; e de Guilherme Boulos, candidato de Lula da Silva à Prefeitura, que correu às redes sociais para informar ter conversado por telefone com o ministro antes do anúncio.

Tudo isso rende projeção para os candidatos e seus padrinhos políticos, porém não resolve o problema da população paulistana nem aponta caminhos para as prestadoras de serviços, que é o que realmente importa. Explorar a frustração dos consumidores de energia para afetar indignação, em manifestações que não encontram fundamento técnico, é puro oportunismo eleitoral.

O governo federal, do qual o sr. Silveira faz parte, contribuirá para a boa prestação de serviços quando se dedicar a rever parâmetros contratuais defasados, dotar as agências reguladoras – tão desprezadas pelas gestões petistas – de equipamentos e pessoal para cumprir sua função e abordar a questão de distribuição de energia elétrica de forma ampla, diante do cenário imposto pelas mudanças climáticas. Um trabalho sério e conjunto no setor elétrico pode conduzir à solução. Já as bravatas, como se sabe, produzem muito calor, mas pouca luz. ●

Amigos, amigos, criminosos à parte

Lula tenta burlar a Constituição para bajular o companheiro Putin, apertando um pouco mais o torniquete que mantém o Itamaraty refém da política externa ativista e pusilânime do PT

O governo do presidente Lula da Silva está tentando burlar tratados de Estado para bajular Vladimir Putin. O tirano russo é alvo de um mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra na Ucrânia, entre eles a deportação forçada de crianças. O Brasil é membro do Tribunal, e se Putin puser os pés em solo nacional, tem de ser imediatamente detido. O País é signatário do documento fundador do TPI, o Estatuto de Roma, que, portanto, está incorporado à Constituição. Mas para Lula esse é só um detalhe inconveniente. Ele já disse que “o conceito de democracia é relativo”, donde se conclui que sua base de sustentação, o Estado de Direito, também deve ser.

O cortejo a Putin não é de hoje. No

ano passado, Lula afirmou que, “se eu for presidente do Brasil, e se ele vier ao Brasil, não tem como ele ser preso”. Advertido por algum assessor de que ele não tinha essa discricionariedade, refugiu e reconheceu que a decisão caberia à Justiça. Mas aproveitou para tripudiar do TPI: “Eu nem sabia da existência desse tribunal”, acrescentando que iria rever a participação do Brasil.

Sem a carta da ignorância na manga, restou a da má-fé. Em um documento enviado à ONU coalhado de casuísticos, o governo tenta emplacar a tese da imunidade para chefes de Estado. Lula adora se queixar da inoperância da ONU para impor a “paz”, mas quando o órgão com jurisdição ratificada pelo Brasil faz a sua parte, sua reação é acusá-lo de tendências ao exercício “abusivo, arbitrário e politicamente

motivado” da jurisdição penal contra representantes de Estado, e propor como remédio a imunidade – quer dizer, a impunidade.

Não é a primeira trama para salvar guardas criminosos companheiros. Em 2010, valendo-se de uma decisão esdrúxula do Supremo Tribunal Federal que lavou as mãos ante sua obrigação de extraditar o terrorista Cesare Battisti, condenado pela Justiça italiana por quatro assassinatos, Lula declarou que Battisti era “perseguido político” e lhe conferiu refúgio.

O que rebaixa ainda mais a política externa brasileira nesse *tour de force* para forjar um salvo-conduto para Putin é que provavelmente o ditador russo nem sequer o usaria. Desde a invasão da Ucrânia, Putin está enfurnado em Moscou. Com exceção de seus susseparados na China e um punhado de ditaduras amigas, não fez mais visitas internacionais. Ele faltou às cúpulas do G-20 na Indonésia e na Índia e foi gentilmente desconvocado a ir à cúpula dos Brics na África do Sul, precisamente porque o país também é membro do TPI.

Se é difícil compreender qual seria o ganho para o Brasil nesse garantismo *ad hoc*, é porque não há nenhum. É só mais uma manobra da cruzada de Lula contra o “Ocidente”, o “Norte”, o “Grande Capital” ou seja lá como ele chame os “opressores” do “Sul Global”. É só essa doutrina de grêmio

estudantil que explica, por exemplo, as contemporizações das atrocidades cometidas por ditaduras esquerdistas na América Latina, ou o endosso ao projeto chinês de transformar o Brics num clube de autocracias antioceânicas, ou o papel que Lula vem protagonizando de uma espécie de porta-voz do Hamas.

OPT chancelou e comemorou a eleição fajuta de Putin. Pouco antes, celebrou um acordo de cooperação com o Partido Comunista chinês e, pouco depois, com o Partido Comunista de Cuba. Pouco importa que Putin seja um ídolo da direita reacionária global, basta que atue como um porrete contra o “imperialismo estadunidense”. Foi o que Lula disse com todas as letras ao canal russo RT, em 2019: “Uma coisa que me deixa orgulhoso é o papel desempenhado por Putin na história mundial, o que significa que o mundo não pode ser tomado como refém pela política dos EUA”.

Para satisfazer o orgulho de Lula, o Itamaraty se tornou refém da política petista ativista e subserviente a potências autoritárias, que nem todo palavrório sobre uma diplomacia “ativa e altiva” consegue disfarçar. Mas sabujice tem limites. Até onde se sabe, ainda há juizes no Brasil. Se Lula insistir em estender o tapete vermelho a mais um déspota criminoso, cabe a eles conduzi-lo à sua cela. ●